

Desenrola pode ser estendido até março

Programa já renegociou R\$ 10,7 bilhões

DE BRASÍLIA

O governo pretende estender até o março o prazo do programa de renegociação de dívidas Desenrola, que acabaria neste mês, segundo o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto.

Ele diz que o governo também vai alterar uma exigência para acesso à plataforma de renegociação, eliminando o requisito de nível prata ou ouro no certificado gov.br. As mudanças serão encaminhadas ao Congresso via Medida Provisória (MP).

O secretário afirma que outra ação importante planejada pelo governo é a derrubada da exigência de certificado prata ou ouro para que o cidadão possa

renegociar suas dívidas na plataforma do programa, no portal gov.br.

Hoje, para obter essa condição, além de exigir interatividade e confiança no meio eletrônico, o usuário precisa inserir dados da CNH ou fazer sintonia com sua conta de internet banking. Por exemplo, quem não confia no meio digital ou não consegue entender o funcionamento do certificado fica sem acesso.

“Queremos abrir mão desse requisito e trabalhar com os bancos uma solução para que não exija o certificado prata ou ouro”, diz o secretário.

De acordo com o secretário, o Desenrola já atendeu 10,7 milhões de endividados que renegociaram R\$ 29 bilhões.



Governo usou 10% do Fundo Garantidor do programa, que vai depender dos consumidores cumprirem acordo

APENAS PESSOA FÍSICA

O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, diz que sua equipe está focada no programa Desenrola, para renegociação de dívidas, voltado para pessoas físicas, e não debate, neste momento, expansões para outros setores, como o de empresas. O sucesso do programa para renegociação de débitos das famílias tem motivado outros setores a pleitearem ações similares.

Na última semana, o ministro das Micro e Pequenas Empresas, Márcio França, afirmou que o governo pretendia lançar a versão do Desenrola para empresas endividadadas no começo do ano que vem.

Na fase 1, o foco era remover do cadastro de inadimplência ou desnegativar dívidas até R\$ 100 e re-

negociar débitos de até R\$ 5 mil. Foram desnegativados 7 milhões de CPFs até R\$ 100. No limite até R\$ 5 mil

foram atendidos 2,7 milhões de consumidores.

A fase 2 teve renegociações por meio da plataforma do Desenrola, incluindo dívidas bancárias (como cartão de crédito) e contas atrasadas de outros setores (eletricidade, água e saneamento e comércio). Nesta etapa, foram atendidos 1 milhão de consumidores para renegociação de R\$ 5 bilhões em dívidas.

O secretário diz ainda que o governo usou 10% dos recursos do Fundo Garantidor de Operações

(FGO) para respaldar as renegociações. O FGO é acessado quando o devedor, após assinar o acordo com o credor, dá novo calote mesmo com desconto no saldo devedor.

O FGO do Desenrola tem R\$ 8 bilhões e inicialmente compensaria as dívidas de até R\$ 5 mil, mas desde o fim de outubro uma portaria trouxe diretrizes para a inclusão gradual de novas dívidas para a renegociação parcelada.

O secretário afirma que, mesmo sem o respaldo do FGO, o objetivo é manter a plataforma de renegociação de dívidas disponível para a população. “A gente não pretende manter o apoio do FGO, mas quer manter a plataforma”.

Ele admite que se surpreendeu com o volume de renegociação de débitos para pagamento à vista. “Como o valor das dívidas é pequeno, às vezes o credor quer dar o desconto, o devedor está disposto a fazer o pagamento, mas eles não se encontram. A plataforma é um legado que fica para a sociedade para fazer isso”.

“Sem garantia do FGO, não vamos poder assegurar o nível da taxa de juros no longo prazo, mas ela terá a plataforma que apresenta as dívidas com desconto”, diz ele, apostando em uma redução do endividamento no longo prazo.